

Regina Célia dos Santos Alves

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

O Rio em Crônicas de Joaquim Manuel de Macedo, João do Rio e Marques Rebelo

Observar o olhar que a literatura lança sobre o espaço urbano é tarefa das mais fascinantes, pois está em cena não apenas a representação imaginária de um espaço específico, mas também a do homem nele inserido, sujeito às contingências da sociedade, do tempo, do lugar e dos valores que regem o mundo em que vive. De fato, a cidade sempre chamou a atenção do homem, não apenas pela complexidade que apresenta, sobretudo quando se pensa nas metrópoles modernas, mas talvez por representar uma das principais e primeiras construções humanas.

Dentro do universo de representações da cidade, a literatura revela-se como um dos meios mais instigantes de “dizer a cidade” ao reconstruir a materialidade do espaço criado pelo homem sob a forma de linguagem. Conforme mostra Sandra Jatahy Pesavento, “o escritor, como espectador privilegiado do social, exerce a sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento, traduzida em palavras e figuras mentais imagéticas do espaço urbano e de seus atores”, condensando “a experiência do vivido na expressão de uma sensibilidade feita texto”¹.

No âmbito literário, o narrar, descrever, pensar e representar o urbano e o homem que nele vive tomam vulto a partir do advento da modernidade², quando as cidades e a vida do homem ocidental passam por expressivas transformações.

¹ Sandra Jatahy Pesavento, *O imaginário da cidade*. Visões literárias do urbano (Porto Alegre: E. UFRGS, 2002), p. 10.

² Entendemos modernidade aqui como o período que se inicia com a Revolução Industrial, no século XVIII, estendendo-se pelos séculos seguintes, tendo na Revolução Francesa (1789) um de seus principais marcos.

Nesse contexto de modernidade, a cidade, em especial os grandes centros urbanos, tem estado com frequência sob o olhar desse observador “privilegiado” que é o escritor. Para Renato Cordeiro Gomes, as contradições do mundo moderno, as suas mais profundas idiossincrasias, condensadas no ambiente citadino, convertem-se em estímulo constante para a literatura:

A metrópole capitalista com a vida angustiante, os intermináveis atentados aos seus habitantes, converte-se em constante estímulo para a modernidade e as vanguardas encontram aí o lugar ideal para produzir e confrontar suas propostas. A grande cidade se converte em depositária de todas as paixões. As diversas linguagens e aspirações artísticas e ideológicas medem-se por sua relação com o metropolitano. A cidade aparece como o lugar por excelência onde se sentem, de forma mais agudizada, as consequências do desenvolvimento do sistema capitalista e da Revolução Industrial.³

O olhar literário recai sobre o espaço urbano sobretudo a partir do século XIX, quando mais acelerado se torna o crescimento das cidades e, conseqüentemente, mais contraditório e complexo se revela esse ambiente que se deixa envolver totalmente pelos apelos do mundo moderno. Assim, grandes nomes da literatura ocidental, como Balzac, Dickens, Baudelaire, Dostoievsky e outros, vão ser grandes cantores da cidade e de suas idiossincrasias, cabendo a Charles Baudelaire um papel de destaque, não só porque foi um dos primeiros a se servir do termo “moderno” para definir sua época, mas principalmente pela agudeza com que observou, descreveu e refletiu sobre as contradições da modernidade por excelência presentes no espaço urbano, mais especificamente Paris, símbolo inquestionável desse mundo novo.

Ainda que no Brasil do século XIX não houvesse grandes centros urbanos como na Europa, a exemplo de Paris e Londres⁴, existia, no entanto, uma vida urbana que já chamava a atenção para suas particularidades, e muitos escritores brasileiros não ficaram alheios

³ Renato Cordeiro Gomes, *Todas as cidades, a cidade* (Rio de Janeiro: Rocco, 2008), p.35.

⁴ O Rio de Janeiro, a maior cidade brasileira no século XIX, era bastante provinciana quando comparada às metrópoles europeias.

a isso, mesmo que o ritmo acelerado, as contradições, os contrastes agudos, os desafios constantes da modernidade no país não se fizessem presentes da mesma forma que nas grandes cidades europeias.

A timidez urbana no século XIX, no entanto, é deixada para trás no século XX, quando o crescimento e surgimento de novas cidades, bem como o desenvolvimento acelerado de algumas metrópoles intensificam-se no país por motivos diversos, como o aumento do êxodo rural e a industrialização, por exemplo. No âmbito literário, a presença da cidade e da vida urbana vai se tornando cada vez mais intensa, a ponto de, na atualidade, a literatura brasileira ser quase toda urbana.

Pensando na literatura como uma forma singular de leitura da cidade e da vida urbana, a buscar a apreensão e a retenção da mesma por meio do imaginário, o objetivo do presente trabalho é analisar o modo como o Rio de Janeiro é representado e ressignificado por três autores brasileiros em três momentos diferentes: Joaquim Manuel de Macedo, com a crônica “O Palácio Imperial”, de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (1863); João do Rio, nos primeiros anos do século XX, com a crônica “O chá e as visitas”, de *Vida Vertiginosa* (1911); e Marques Rebelo, também um leitor e um reconstrutor incansável da cidade do Rio de Janeiro, palco da maioria de suas histórias, com a crônica “Céu no chão”, escrita na década de 1960.

Nas crônicas selecionadas, não obstante a diferença de foco, de intenção e de abordagem, destaca-se o esforço de leitura da cidade, de construção de um imaginário urbano. Da observação da cidade real, faz-se a cidade que é linguagem.

Macedo e a recuperação/preservação da memória

Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) sem dúvida ganhou notoriedade literária em sua época sobretudo pelos romances tipicamente românticos que escreveu, cujo mais conhecido é *A Moreninha* (1844). O autor, considerado por grande parte da crítica como o escritor das donzelas, “querido das famílias”, criador de histórias de feição ingênua, fortemente apegadas à banalidade e à fantasia, alicerçadas não raro na estética da incoerência e da inverossimilhança, onde se misturam piadas

e lágrimas, caricatura e tragédia,⁵ revela-se, todavia, um leitor bastante atento de seu momento e de sua cidade em várias crônicas escritas com regularidade para diversas revistas e jornais da época, como o *Jornal do Comércio*, cujos textos, publicados na seção “O passeio”, entre 1861 e 1862, deram origem à coletânea *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*.

Nestes textos, embora o autor não abandone o viés idealizante romântico, o tom comunicativo e o olhar crítico sobre a realidade são mais presentes, resultando, em alguns momentos, em uma aguda consciência reflexiva da dinâmica da vida social, cultural e política do país e da cidade do Rio de Janeiro de meados do século XIX.

Para a proposta aqui apresentada, abordaremos a crônica “O Palácio Imperial”, do livro *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Como aponta o próprio título da obra, o foco central é o Rio de Janeiro, observado a partir de alguns locais selecionados pelo cronista (o Passeio Público, o convento de Santa Teresa e o de Santo Antônio, a igreja de São Pedro, a capela de N.S. do Parto e a Sé), os quais compõem, da perspectiva adotada, pontos estratégicos de legibilidade da cidade. Essa legibilidade, no entanto, não se resume à mera descrição de locais particulares da cidade, mas assenta-se também, e principalmente, na recuperação e preservação da memória desse espaço.

Em Joaquim Manuel de Macedo, desse modo, ler e ressignificar a cidade por meio da retomada do passado significa compreender o espaço do presente (década de 1860) de alguma forma já marcado pela aceleração do tempo, pela valorização do novo e do futuro. Assim, é importante para o autor atentar para o visível apagamento da memória, recuperando-a e registrando-a pela escrita, do mesmo modo que é importante registrar e valorizar aquilo que considera um grande avanço do hoje em relação ao ontem: a liberdade. De todo modo, em Macedo a leitura do passado da cidade é imprescindível para a leitura que se faz do presente. Pensa a cidade, portanto, enquanto memória, por isso volta ao passado e busca a recuperação do mesmo como forma de leitura do Rio de Janeiro. A atitude de Macedo, no empreendimento que é o “passeio”

⁵ Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1981), p.137.

pela cidade do Rio de Janeiro, implica uma ação deliberada, um esforço de lembrança, que o torna uma espécie de “explorador do passado”⁶ que inicia o processo de recordação do ontem seja por meio da pesquisa em documentos, de relato de pessoas que viveram no tempo rememorado ou que ouviram dele falar, seja por meio da própria memória pessoal, seja, ainda, através da criação, da ficcionalização do passado, aspecto exposto pelo próprio escritor no decorrer das crônicas: “Irei referir em conjunto com alguns fatos registrados nas crônicas no tempo uma ou duas tradições populares. Colhi os primeiros nos livros e memórias que consultei, e as segundas contou-me um padre velho que morreu há dez anos”⁷. No caminho traçado, cruzando os documentos e relatos que podem recuperar a memória com a criação ficcional (o imaginário, o possível), o autor de *A Moreninha* faz um passeio amplo, no tempo e no espaço, pela cidade do Rio de Janeiro, sendo a atitude de rememoração um esforço (1) identitário; (2) de preservação das tradições e da história, ameaçadas de esquecimento e de total apagamento frente à dinâmica da vida moderna, alicerçada no novo, no presente e no futuro; (3) de leitura contrapontual entre as negatividades do ontem e as positivities do hoje:

Achareis que vos estou contando coisas que todos sabem. Ah! Lembrai-vos que os tempos que vão passando levam consigo, pouco a pouco, as usanças, os costumes, as ideias e também algumas cerimônias religiosas de nossos antigos, e que, portanto, convém ir conservando a memória de todos esses traços que caracterizavam e nos mostram as feições do nosso passado⁸.

É com a preocupação de, por meio do registro escrito, conferir “materialidade aos rastros conservados, reanimados e novamente

⁶ Paul Ricouer, *A Memória, a História, o Esquecimento* (Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007), p.37.

⁷ Joaquim Manuel de Macedo, “Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro”, Michelle Strozda (ed.), *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo*. Antologia de crônicas (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010), p.226.

⁸ *Ibidem*, p.226.

enriquecidos por depósitos inéditos”⁹ que Macedo empreende uma espécie de genealogia da cidade, retomando o início de sua formação, distanciando-se mais de dois séculos de seu momento presente.

A crônica “O Palácio Imperial” é, nesse sentido, exemplar. Nela está a preocupação com o retrato do Rio de Janeiro do hoje, década de 1860, mas que só é possível precisar, de acordo com a perspectiva do cronista, quando observado na sua dinâmica de construção no decorrer do tempo. Por isso, também, a retomada da memória, espécie de guardião do passado e da história do local. Texto longo, composto por quatro partes, expressando o padrão folhetinesco do século XIX e ainda um distanciamento da leveza, da brevidade e do aspecto mais “literário” que assumiria a crônica moderna no século XX no Brasil, “O Palácio Imperial” inicia-se com uma consideração do presente, a necessidade, aos olhos do cronista, de construção de um palácio à altura dos governantes e da nação em substituição ao antigo e acanhado prédio que sedia o governo: “Este palácio que estamos vendo nem tem no seu aspecto exterior bastante majestade, nem em suas disposições e ornatos interiores suficiente magnificência para mostrar-se digno do chefe do Estado e digno da nação.”¹⁰

O ponto de partida é o presente, embora a crônica não se limite a discorrer sobre a impropriedade do prédio e a urgência de sua readequação. Ao contrário, há um deslocamento do presente em direção ao passado mais remoto do Rio, para o começo de sua formação, ainda no século XVI. Nesse movimento, cabe, por meio da recordação, reconstruir não apenas a história do Palácio Imperial mas, partindo dele, diversos aspectos da sociedade carioca, no âmbito político, administrativo, arquitetônico, da sociabilidade, dos hábitos e dos costumes.

No âmbito da política e da vida administrativa do Rio de Janeiro, como bom e fiel conselheiro que sempre foi Macedo do Império, não poupa elogios a alguns governantes que considera austeros e sérios

⁹ Paul Ricouer, *A Memória, a História, o Esquecimento* (Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007), p.53.

¹⁰ Joaquim Manuel de Macedo, “Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro”, Michelle Strzoda (ed.), *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo*. Antologia de Crônicas (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010), p. 209.

no desenvolvimento de sua função, como o conde de Bobadela e D. João VI. Este, por sinal, sempre isentado pelo autor, sob justificativa de desconhecimento, das ações ilícitas e corruptas presentes na administração do país. Essa postura de simpatia e defesa de alguns governantes não impede que Macedo tenha lucidez e consciência crítica em relação ao mundo que se propõe a apresentar ao leitor no seu “passeio” pelo Rio de Janeiro, o de ontem e o de hoje. Prova disso são as considerações, bastante atuais, por sinal, acerca da corrupção, do patronato e das conveniências políticas, observadas desde a origem da cidade:

Patronato sempre houve, e patronato há ainda. Mas o patronato de outrora difere muito do patronato de hoje.

Eis algumas diferenças que se pode notar entre o velho e o novo.

O patronato do outro tempo usava calções, e o da atualidade, calças.

O patronato do outro tempo andava de dia e se mostrava ufano no meio da praça; o da atualidade anda de noite e, de ordinário, se esconde pelos becos. No entanto, o novo sai de carruagem, como acontecia com o velho.¹¹

No trecho citado é bastante evidente o Macedo preocupado com o registro da realidade circundante, dos abusos e desmandos políticos de seu momento e também de outros tempos, a sedimentar, de certo modo, a conduta política e administrativa do país. Interessante observar que o modo contrapontual com o qual o autor constrói as atitudes políticas do passado e do presente apontam não para uma diferença essencial entre ambas, mas apenas para uma distinção no âmbito da apresentação das mesmas. Por esse motivo, conclui que o patronato, essa espécie de chaga a marcar a política nacional, “sempre houve, ainda há, e muito, e nunca deixará de haver mais ou menos patronato.”¹²

As observações de Macedo, argutas e precisas quanto ao sistema político brasileiro do século XIX, parece-nos que sobretudo pelo tom irônico e pelas imagens jocosas com que apresenta o velho e o novo patronato, ganham um aspecto extremamente atual, pois o escritor

¹¹ *Ibidem*, p.218.

¹² *Ibidem*, p.218.

consegue ultrapassar, na agudeza da percepção e da maneira como a expõe, os limites temporais. Sem qualquer dificuldade, seus comentários adequam-se com perfeição à política do Brasil do atual.

De qualquer maneira, a consciência de uma ação política corrupta e nefasta, mesmo no presente, não leva o cronista a um posicionamento cético em relação a sua atualidade, pois vê como grande avanço do novo em relação ao velho a liberdade de ação e pensamento, duramente cerceada em tempos mais obtusos: “Morto por um raio seja eu, se troco o meu tempo pelo tempo do mando e quero, se troco o direito que tenho hoje de pensar em voz alta, de discutir e de censurar, pelo antigo dever de uma cega obediência e de um silêncio de catacumbas.”¹³

Não é difícil, ao que parece, fazer essas palavras do autor dialogarem com o desejo de liberdade invocado tanto pela estética romântica, da qual era sectário, quanto da nação há não muito independente, que buscava trilhar seu caminho com as próprias pernas, nos mais diversos aspectos da vida social, política e cultural. Por esse motivo, vê a política, o patronato de “calções” do passado como expressão de um mundo aristocrático e autoritário, cerceador. De outro lado, o patronato de “calças” do presente, ainda que imerso no vício das confabulações politigueiras, encontra-se em um outro tempo, mais democrático e livre, de acordo com o autor¹⁴.

Relembrar o passado político carioca (e por extensão o brasileiro), mesmo naquilo que apresenta de negativo no tocante à opressão, ao autoritarismo, à falta de liberdade, como os abusos cometidos com a chegada da família real ao Brasil, cujo destaque o autor concede às aposentadorias — atitude considerada de extrema violência contra os habitantes locais, obrigados a deixar suas casas e cedê-las aos membros da comitiva de João VI vindos de além mar —, é também um modo de retomar e ler as negatividades do ontem com a intenção de não permitir que os horrores do passado tomem novamente parte da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, de

¹³ Joaquim Manuel de Macedo, “Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro”, Michelle Strzoda (ed.). *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo*. Antologia de Crônicas (Rio de Janeiro: Casa da Palavra), p.217.

¹⁴ Obviamente que, em meados do século XIX no Brasil, as noções de democracia e liberdade ainda eram bastante restritas.

contrapor os traços perversos do passado às positivities do hoje (mais democracia e liberdade), de forma a exaltá-las.

Importante para Macedo enquanto circunscrição do Rio de Janeiro e de sua memória e história é também a observação do plano físico da cidade e de suas construções arquitetônicas. Assim, juntamente com o Palácio Imperial, assunto primeiro da crônica, Macedo demora-se, com minúcia de descrição e comentário, sobre outros espaços agregados ao Palácio, como o Convento do Carmo e a Casa da Câmara e Cadeia. Na descrição pormenorizada que faz desses locais, recordando-os desde a sua origem até o seu aspecto atual, ora mais, ora menos modificado, o autor de *O moço loiro* faz interessante passeio pelo passado ao registrar a permanência de certas posturas e o apagamento de outras.

Ao olhar para o Palácio Imperial e seu entorno, mesmo em tempos mais remotos, Macedo constata atitudes que persistem, como a ausência de planejamento urbano e a mudança do nome dos locais, ao sabor do desejo do momento:

A praia em que se termina esta praça teve primitivamente o nome de praia da Senhora do Ó (...) mas o nome mais antigo dos que tem tido esta praça é Lugar do Ferreiro da Polé (...)

No fim do século décimo sexto, ou no princípio do seguinte, chamou-se praça do Carmo (...) De 1743 em diante, recebeu o nome de terreiro do Paço (...) Por último, largo do Paço ficou sendo chamada. Não aposto, porém, que conserve por muito tempo o mesmo nome (...)¹⁵

Há cinco anos reinava epidemicamente na capital do Império a febre das empresas (...) Sorria tanto a ideia desse melhoramento, foi ele reputado tão facilmente realizável, que se atacou logo a única barreira que separava o largo do Paço da rua do Cano, isto é, a extrema esquerda do antigo Convento do Carmo. S. M. o imperador, desejando facilitar a realização da empresa, mandou prontamente romper o edifício naquele ponto. Abriu-se, pois, a comunicação entre a rua e a praça, e passado algum tempo uniu-se ainda o palácio com a Capela Imperial

¹⁵ Joaquim Manuel de Macedo, “Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro”, Michelle Strzoda (ed.), *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo*. Antologia de Crônicas. (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010), p.208.

por meio de um passadiço de madeira que tem tanto de simples como de pouco elegante.¹⁶

Os comentários de Macedo, atravessados de certa ironia, mostram com justeza de observação traços da constituição urbana carioca, de raízes remotas e que persistem na atualidade. No levantamento dos vários nomes da praça (Lugar do Ferreiro da Polé, terreiro do Paço, largo do Paço) há mais que uma atitude historicizante. Há um apontamento para o modo, não raro gratuito e também movido por alguns interesses, como as coisas se processam na cidade. Por esse motivo, afirma: “Não aposto, porém, que conserve por muito tempo o mesmo nome.”¹⁷ Diante dessa constatação, vê-se a importância do papel do escritor na preservação da memória.

De igual maneira, ao trazer à cena uma memória bem próxima à de seu presente, o cronista vê com agudeza e com tom irônico as forças que regem o desejo de remodelação da capital carioca: de um lado a ânsia por dinheiro, disfarçada na ideia de progresso e desenvolvimento; de outro, a inconsequência e falta de planejamento das ações, dando origem a resultados pouco satisfatórios, como o “passadiço de madeira que tem tanto de simples como de pouco elegante”, ou totalmente falidos, como a construção do novo cais, a atestar a incapacidade e a pouca seriedade dos empreendimentos urbanos: “Não nos queixemos de nossa edilidade: ela já fez o que pôde, e infelizmente se reduziu, pouco mais ou menos, a coisa nenhuma”.¹⁸

Desse modo, todo o “passeio” pela memória do Rio de Janeiro funda-se numa busca muito cara àquele momento, inclusive para os escritores: a da identidade nacional: “Abrir a cortina do passado, tirar um Brasil-nação de lá: esta a tarefa indiscutível do escritor romântico.”¹⁹ Em “O Palácio Imperial” e nas demais crônicas que compõem *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, parte desse Brasil de que fala

¹⁶ *Ibidem*, p.221.

¹⁷ *Ibidem*, p.208.

¹⁸ *Ibidem*, p.208.

¹⁹ Flora Süssekind, “O Escritor como Genealogista: a função da Literatura e a Língua Literária no Romantismo Brasileiro”, Ana Pizarro (ed.), *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura* (São Paulo: Memorial, 1994, v.2), p.454.

Flora Süssekind está na cidade, naquela que seria a principal do Brasil à época, no seu passado, na sua memória, na sua história. É desse laço estreito entre história e memória que Joaquim Manuel de Macedo se aproveita para colaborar com a formação da identidade nacional, tornando o seu “passeio” aparentemente desprezível — uma simples crônica folhetinesca, bem ao gosto das variedades veiculadas pelo jornal para distrair e divertir o público leitor —, um documento/monumento, no qual escreve a história (identidade) do Rio de Janeiro e do Brasil.

2. João do Rio e a cidade em movimento: novos tempos, novos comportamentos

Se a tônica de Macedo em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, conforme observado na crônica “O Palácio Imperial”, reside na recuperação e preservação da memória da cidade, o passado ocupando aí, portanto, um espaço de grande importância, em João do Rio (1881-1921), pseudônimo mais conhecido de João Paulo Barreto, é a observação e o registro do cotidiano e do presente que tomam a cena. Produzindo em um momento em que o Rio de Janeiro passa por importantes transformações, no âmbito arquitetônico, social, cultural, político ou econômico, em grande parte oriundas do projeto “bota abaixo” do prefeito Pereira Passos, nos anos de 1902 a 1906, e da ideia de construção de uma cidade moderna, “civilizada”, que deveria apagar os traços coloniais e tacanhos que nela importavam uma imagem de atraso, João do Rio faz da cidade do Rio de Janeiro, nos diversos gêneros pelos quais transitou — romance, conto, crônica, teatro —, um de seus maiores e principais temas. Dentre os vários vieses de observação da cidade, a dinâmica da vida moderna, em especial as novas formas de sociabilidade e os novos comportamentos emergentes da vida urbana vertiginosa, é assunto recorrente dos escritos de João do Rio. Embora, como afirma Renato Cordeiro Gomes, a sensação passada pelas crônicas do autor seja a de superficialidade, como se o propósito fosse o “de não aprofundar-se no âmago das coisas”²⁰, e mesmo a de um estilo marcado

²⁰ Renato Cordeiro Gomes, *Todas as cidades, a cidade* (Rio de Janeiro: Rocco, 2008), p.101.

pela contradição, “assimilando a cópia mal-digerida para além do puro dandismo e estendendo o empenho do jornalismo aquém da simples *flânerie*”²¹, João do Rio mostra uma consciência aguda de seu tempo ao registrar a nova ordem de coisas que então se impunha e prosperava na vida urbana carioca. Num dos momentos de elogio ao autor, Orna Messer Levin afirma que

(...) João do Rio mostra ter tido uma consciência aguda e avançada do caráter recalcado das imposições indiscriminadas de padrões de comportamento, ideias e mentalidades. Ele afina e pressente a importância de assinalar uma prática tão comum, em que a gentileza e a amabilidade do atraso são trocadas pela identidade debilitada do progresso, nesta que pode ser uma manifestação precoce, por que não, das críticas violentas desferidas pouco mais tarde pelos modernistas de 1922.²²

Se ainda não é possível encontrar em João do Rio a “crítica violenta” dos modernistas de 1922, é, no entanto, claramente perceptível a sensibilidade do escritor, inclusive de caráter crítico, frente à realidade de seu tempo, captada em seu aspecto cambiante e em seu desenho fragmentado e fugaz. Nesse sentido, “O chá e as visitas”, de *Vida vertiginosa*, crônica aqui escolhida para análise, é bastante sintomática. Publicada pela primeira vez em *A Notícia*, em 2 de abril de 1908, é, como afirma João Carlos Rodrigues, “uma saborosa crônica de costumes”²³ a retratar as mudanças de hábito operadas na sociedade carioca nos anos da *Belle Époque* como inserção num modo de vida cosmopolita e urbano. É no focar a substituição do tradicional cafezinho pelo chá, o *five-o-clock* à inglesa, que João do Rio aponta para os novos costumes e formas de sociabilidade que, repentinamente, colore a vida da capital da República, sobretudo das classes mais abastadas:

A vida nervosa e febril traz a transformação súbita dos hábitos urbanos. Desde que há mais dinheiro e mais probabilidades de ganhá-lo, – há mais conforto e

²¹ Orna Messer Levin, *As Figurações do Dândi* (Campinas: Editora da UNICAMP, 1996), p.116.

²² *Ibidem*, p.103.

²³ João Carlos Rodrigues, “Introdução”, João do Rio, *Vida Vertiginosa* (São Paulo: Martins Fontes, 2006), p.XVIII.

maior desejo de adaptar a elegância estrangeira. A ininterrupta estação de sol e chuva, de todo ano, é dividida de acordo com o protocolo mundano; o jantar passou irrevogavelmente para a noite. Todos têm muito que fazer e os deveres sociais são uma obrigação.²⁴

Interessante observar que embora João do Rio recorte o chá como aparente assunto central de sua crônica, ele é, na verdade, um sintoma da modernidade, uma vez que é a “vida nervosa e febril” imposta por aquela que promove as transformações. Assim, vê no chá um elemento catalisador de mudança de hábitos e valores a levar a uma nova forma de sociabilidade, centrada em um comportamento considerado elegante, requintado e cosmopolita. Na base dessas transformações está o dinheiro — o arrivismo marca o Rio de Janeiro nesse momento — e, conseqüentemente, o maior tempo livre das elites para o desfrute da mundanidade e das reuniões sociais, como mostra exemplarmente o cronista:

— A massagista, às 9 horas, seguida de um banho tépido com essência de jasmim. Aula prática de inglês às 10. *All right!* Almoço à inglesa. Muito chá. Chá de Beltrana. Conferência literária. Chá na Cavê. Casa. *Toilette* para jantar. Recepção seguida de baile na casa do general.

.....
Sim, no chá e nas visitas é que está toda a revolução dos costumes sociais da cidade neste interessantíssimo começo de século.²⁵

Interessante observar as frases curtas e nominais utilizadas pelo escritor para marcar o ritmo frenético dos compromissos diários de uma carioca pertencente à elite burguesa. Partindo da constatação desse apelo mundano cada vez maior, a envolver jovens e adultos, o cronista faz um interessante contraponto entre o ontem e o hoje, entre o café e o chá, mostrando que a substituição de um pelo outro implica a restrição quanto a um comportamento anterior, no presente visto como o imaginário de um mundo provinciano, tacanho e de modos primitivos,

²⁴ João do Rio, *Vida Vertiginosa* (São Paulo: Martins Fontes, 2006), p.45.

²⁵ *Ibidem*, pp.45-46.

o qual, para uma sociedade que almeja arduamente “civilizar-se”, deve ser extirpado de seu seio.

O café, assim, é a metáfora e a metonímia desse mundo execrável porque lembra ao país uma condição “inferior” em relação a um modelo considerado superior, “civilizado”, e que domina o cenário de grandes centros europeus e da América do Norte.

Dessa forma, do café corriqueiro, bebida que tem a preferência nacional, servido em qualquer lugar, em toda e qualquer casa, ou no botequim, a qualquer hora, funcionando como “uma espécie de colchete da sociabilidade no lar e de incentivo na rua”²⁶, passa-se ao chá, bebida importada, requintada, tomada em hora e local específicos, com pessoas igualmente sofisticadas:

O chá é distinto, é elegante, favorece a conversa frívola e o amor que cada vez mais não passa de *flirt*. É inconcebível um idílio entre duas xícaras de café.²⁷

Há ranchos de moças de vestes claras, rindo e gozando o chá; há mesas de estrangeiros e velhas governantas, há lugares ocupados só por homens que vão namorar de longe, há rodas de cocotes cotadas ao lado da gente do escol. Tudo ri. Todos se conhecem. Todos falam mal um dos outros. Às vezes fala-se de uma pessoa para outra; às vezes há mesas com uma só pessoa, esperando mais alguém, e o que era impossível à porta de um botequim, ou à porta grosseira de uma confeitaria, é perfeitamente admissível à porta de um chá.²⁸

O ambiente do chá, como mostra o cronista, sustenta um mundo que se quer distinto e elegante, reunindo pessoas importantes e bem vestidas, mas também frívolo, mesquinho e de aparências, onde reina a futilidade e o mexerico, o falar mal um do outro, ainda que esse universo projete de si mesmo uma imagem sofisticada. Mostra, ainda, que com o chá abandona-se, pelo menos no convívio de um grupo aburguesado, um outro costume comum entre os brasileiros, ou seja, a visita inesperada e duradoura a parentes e amigos, sem prévio aviso ou convite, feita sem

²⁶ João do Rio, *Vida Vertiginosa* (São Paulo: Martins Fontes, 2006), p.46.

²⁷ *Ibidem*, p.47.

²⁸ *Ibidem*, p.48.

pose, numa familiaridade tão íntima entre os hóspedes e anfitriões que beira a promiscuidade:

E ficava tudo à vontade. As senhoras vestiam as *matinéés* das pessoas da casa, as meninas faziam concursos de doces, os meninos tomavam banhos juntos no tanque e indigestões coletivas. Às cinco chegava o Leitão com a roupa do trabalho e ia logo lavar-se à *toilette* da dona da casa, o quarto patriarcal da família brasileira, tão modesto e tão sem pretensões...²⁹

O chá, em contrapartida, requer maior distinção, discrição e individualidade. A um chá, não se vai sem convite, não se demora muito tempo, não há manifestações emocionais em demasia, embora a futilidade e a maledicência sejam uma constante: “Muitos prestam atenção ao *bridge*. Fala-se um pouco mal do próximo com o ar de quem está falando da temperatura e renovam-se quatro ou três repetições de ideias que agitam aqueles cerebrozinhos.”³⁰

Ao final do texto, a posição do cronista diante das transformações observadas mostra-se um tanto quanto ambígua, uma vez que os comentários parecem fazer-se tanto em favor das novas formas de sociabilidade quanto mostra-se como um discurso irônico: “Haverá quem tenha saudades da remotíssima época dos cafés e das visitas que passavam dias? Oh! não! Não é possível! Civilização quer dizer ser como a gente que se diz civilizada.”³¹

Por um lado, a considerar o viés simpatizante do autor no tocante ao processo de modernização e valorização de hábitos cosmopolitas — o próprio autor era considerado um verdadeiro dândi e simpatizante da vida burguesa — seu discurso parece firmar-se como defensor dos novos costumes, uma vez que a eles vinculam-se comportamentos tipicamente civilizados e urbanos, marcando, portanto, o abandono de hábitos considerados grosseiros e que ligava o país ao atraso e ao provincianismo do passado, na verdade não “remotíssimo”, como afirma, mas bastante recente.

²⁹ João do Rio, *Vida Vertiginosa* (São Paulo: Martins Fontes, 2006), p.50.

³⁰ *Ibidem*, pp.51-52.

³¹ *Ibidem*, p.52.

Por outro lado, no entanto, o discurso de João do Rio parece não ser tão simplista e superficial como se poderia pensar, uma vez que não se pode descartar o olhar irônico presente nas observações feitas. Se é preferível, como afirma, “uma senhora bem vestida, que toma chá e demora pouco” às visitas indelicadas e demoradas, o cronista não deixa de marcar a frivolidade e a valorização excessiva da mundanidade que se oculta por trás dos novos hábitos.

Desse modo, embora não haja militância em João do Rio, pois não se coloca como um contestador declarado do Rio de Janeiro do início do século que se quer cosmopolita, à semelhança de Lima Barreto, não há também registro meramente superficial e leviano das transformações operadas no seio da sociedade carioca.

3. Marques Rebelo: entre o afeto e o desencanto

Chegamos, por fim, a Marques Rebelo (1907-1973) que, de modo próximo a Macedo e João do Rio, tem a cidade do Rio de Janeiro como uma de suas maiores inspirações literárias, seja no romance, no conto ou na crônica. Para Renato Cordeiro Gomes, o autor, ao buscar apreender a vida urbana a partir dos “cacos de seu “espelho partido””³², constrói “Uma legibilidade para o Rio, recortando-lhes o fragmento (os bairros, os tipos humanos, os costumes, o cotidiano, os dramas miúdos). As crônicas de sua cidade amada indicam a tentativa de restaurar os princípios de uma coesão perdida.”³³

No recortar os fragmentos da cidade partida e na tentativa de apreendê-los, Marques Rebelo, à semelhança de Macedo, executa também uma espécie de “passeio” pelo Rio de Janeiro, ao tentar recompor a cartografia da cidade por meio da “visita”, muitas vezes afetiva, a diversos bairros cariocas, como em crônicas que trata de Jacarepaguá, Cosme Velho, Mangueira, Santa Tereza, Copacabana, Vila Isabel, Méier e São Cristovão. Na leitura do Rio através de vários de seus bairros, encontra-se, como mostra Renato Cordeiro Gomes

³² Renato Cordeiro Gomes, “Marques Rebelo: Cronista de uma Cidade”, Renato Cordeiro Gomes (ed.), *Marques Rebelo* (São Paulo: Global, 2004), p.10.

³³ *Ibidem*, p.10.

no comentário citado, um olhar de desencanto frente à dinâmica transformadora e destruidora do progresso e um desejo nostálgico de preservação, ou pelo menos de manutenção, pela escrita, de um espaço mais harmonioso, livre da atuação insidiosa e interesseira a dominar os empreendimentos urbanísticos, responsáveis pela “transformação grosseira e desnecessária da fisionomia da cidade – da nossa cidade.”³⁴

A consciência da destruição da cidade, da sua cidade, cujos monumentos de preservação da história e da memória são estilhaçados e soterrados, numa atitude que julga de cruel “vandalismo”, como as empreendidas contra as igrejas “de São Pedro Apóstolo, redondinha, com paredes largas de dois metros, argamassadas a óleo de baleia, e a do Bom Jesus do Calvário, duas vezes secular e que muito aparece nas *Memórias de um sargento de milícias*”³⁵, move o cronista em direção à recomposição ou à retomada, por meio da escrita, de lugares (bairros) do Rio de Janeiro pelo que ainda mantém de um mundo mais harmônico. É da relação afetiva com a cidade que essa imagem surge, por exemplo, na crônica “Céu no chão”, aqui abordada.

“Céu no chão”, crônica escrita na década de 1960 e publicada na coletânea *Marques Rebelo*, organizada por Renato Cordeiro Gomes em 2004, desenha, com força lírica e também crítica, a vida pulsante dos moradores de Mangueira. Esquecida pelas autoridades, à margem da sociedade, a população mangueirense, no entanto, é apresentada como parte viva e ativa da cidade, ainda que esta a ignore.

Encanto e desencanto mesclam-se nessa crônica de grande beleza. De um lado, o olhar desencantado fixa-se na imagem da cidade partida, segregadora e que se desenvolve ancorada naqueles que exclui e marginaliza. A primeira imagem da favela, tomada de empréstimo do samba de Antônio Gabriel Nássara³⁶, é sintomática. Mangueira é apresentada como um “mundo de zinco”, referência direta às habitações

³⁴ Marques Rebelo, “Fúria Urbanística”, Renato Cordeiro Gomes (ed.), *Marques Rebelo* (São Paulo: Global, 2004), p.23.

³⁵ *Ibidem*, p.23.

³⁶ Antônio Gabriel Nássara (1910-1996) foi compositor, caricaturista, desenhista e autor de várias marchinhas carnavalescas na década de 1930. Em 1952, compôs, em parceria com Wilson Batista, o samba “Mundo de Zinco”, ao qual se refere Marques Rebelo na crônica abordada.

extremamente simples construídas desse material, barato e geralmente obtido de demolições.

O “mundo de zinco”, assim, desdobra-se em sentidos outros para além dos barracos construídos desse material. Aí estão inscritas, também, a pobreza do local, uma vez que as casas são modestas e nada lembram a suntuosidade de edificações presentes em outros pontos da cidade, e a ausência do espaço natural, tão reclamado pelo cronista enquanto fonte de uma vivência mais tranquila e harmoniosa.

À imagem do zinco e do apito do trem, presentes no samba de Násssara, o cronista soma “o som estridente das sirenas e dos chamados das fábricas ou do alarma (*sic*) imperativo dos despertadores”³⁷, como traços a marcar a realidade mangueirense. Os acréscimos de Marques Rebelo, desse modo, apontam para a força trabalhadora que representa a favela no cenário carioca, pois “a gente de Mangueira é de cedo despertar para dar duro, diligente e responsável, nas exigências do trabalho.”³⁸

Nesse sentido, ao desencanto que aponta para a condição de pobreza desse outro lado da cidade, estampada no “mundo de zinco” e no “céu pobre e abandonado, que teria se transformado em inferno não fora a fauna admirável que lá teima em existir”³⁹ e que espera com paciência ser descoberta “pela sonolenta VII Região Administrativa”⁴⁰ vai somando-se grande admiração pelas pessoas que vivem no local, pelo que representam enquanto resistência às adversidades, enquanto vida e força de trabalho. A caracterização dos moradores do bairro como uma “colmeia em polvorosa” e uma “fauna admirável”, longe de um rebaixamento animalesco que se poderia supor de uma perspectiva naturalista, direciona-se para o elogio da organização, de determinação e de produção que daí resulta:

Pelas madrugadas quentes ou frias — sempre úmidas! — o mundo de zinco é só uma colmeia em polvorosa: colunas de trabalhadores descem escarpas e ladeiras,

³⁷ Marques Rebelo, “Céu no Chão”, Renato Cordeiro Gomes (ed.), *Marques Rebelo* (São Paulo: Global, 2004), p.44.

³⁸ *Ibidem*, p.44.

³⁹ *Ibidem*, p.45.

⁴⁰ *Ibidem*, p.45.

muitos ainda no embalo das notas de um samba novo ou feridos pelo ciúme da mulata requestada, só que agora com a atenção e os cuidados mais firmemente voltados para o dia-a-dia afanoso que tem pela frente.⁴¹

Na descrição precisa do movimento de “colmeia” do morro, no contínuo ir e vir dos trabalhadores, Marques Rebelo enfatiza o traço humano dos moradores, não permitindo que a comparação com a colmeia ou com a fauna os brutalize. Se todos, ao som do trem, dos apitos, das sirenas e dos despertadores acordam para o trabalho, para as tarefas do dia-a-dia, o fazem embalados por sentimentos de felicidade ou tristeza. Dessa força afetiva, destaca-se o caráter festivo que acompanha os mangueirenses, e que, durante o carnaval, parece libertá-los das dificuldades e do anonimato de todo dia, pois os simples homens do morro, trabalhadores das mais diversas áreas, surgem transformados em “orgulhosos reis, condes, príncipes, barões, fidalgos e nobres”⁴² a desfilar grandiosos pela Estação Primeira de Mangueira, na Avenida Presidente Vargas, onde todos possam vê-los.

Há, nesse momento da crônica, um movimento que aponta tanto para a valorização dos habitantes de Mangueira, fortes, festivos e criativos, capazes de voltar a atenção da cidade toda para eles, fazendo levantar “a poeira do chão”, e de trazer um brilho singular para a cidade, quanto para a consciência crítica em relação ao mínimo espaço que sobra aos moradores do local. É somente uma vez por ano, no tempo de duração do desfile, que são vistos e admirados. No mais, o que permanece é a visão de um “céu pobre e abandonado”, em contraposição à frase “vista assim do alto mais parece o céu no chão”, de Belo de Carvalho e Paulinho da Viola. Na crônica de Marques Rebelo o traço positivo da palavra “céu” permanece em razão do vigor e da ação solidária de seus habitantes, imperiosos em vencer os obstáculos, canalizando águas, disciplinando arruamentos, fiscalizando o direito alheio, na esperança de que algum dia possam ser vistos pelos de fora e saudados como no

⁴¹ Marques Rebelo, “Céu no Chão”, Renato Cordeiro Gomes (ed.), *Marques Rebelo* (São Paulo: Global, 2004), p.44.

⁴² *Ibidem*, p.45.

canto de Jamelão⁴³: “Mangueira teu cenário é uma beleza que a natureza criou, ô ô...”⁴⁴

Considerações finais

O nosso “passeio” por crônicas de Joaquim Manuel de Macedo, João do Rio e Marques Rebelo permite-nos observar o quão significativas se fazem a leitura e a ressignificação da cidade e do movimento da vida urbana nesses autores. Em todos, a construção do sentido se faz pautada pela perspectiva e pelas necessidades de seu próprio tempo, como não poderia deixar de ser.

Em Macedo, a cidade é concebida como depositária da memória — e por consequência da história — individual e coletiva, no seu traçado, nas suas ruas, nos seus monumentos, nos seus edifícios, nos seus usos e costumes. Daí a necessidade de retomada do passado. Os vários lugares do Rio percorridos pelo escritor, muito mais que a escrita de um guia turístico, apresenta-se, a nosso ver, como um modo de leitura da paisagem urbana carioca que não tem a mera intenção de informar, mas que, ao adentrar por vários locais da cidade, rememorando o início de sua constituição, “perscruta e não raro dá de cara com o pior de nossa formação e de nossos irremediáveis vícios.”⁴⁵

Cabe ainda ressaltar o sentido identitário que emerge do “passeio” de Macedo. Em pleno momento romântico no Brasil, em que a afirmação nacional e a legitimidade estão na ordem do dia, a retomada da memória implica a construção de uma história da cidade e, por extensão, do próprio país, há não muito independente de Portugal. Da perspectiva romântica, só conseguiria ser legítimo e ter identidade um local e um povo que preservassem a sua memória, que não deixassem o ontem cair no total esquecimento, como se desprovidos, portanto, de história.

Em João do Rio, nos primeiros anos do século XX, dentro de um movimento outro da vida urbana, marcado pela velocidade das

⁴³ Referência à música “Exaltação à Mangueira”, do cantor e compositor Jamelão.

⁴⁴ Marques Rebelo, “Céu no Chão”, Renato Cordeiro Gomes, *Marques Rebelo* (São Paulo: Global, 2004), p.45.

⁴⁵ Wilson Bueno, “Passeio e Glória de Joaquim Manuel de Macedo”, Joaquim Manuel de Macedo, *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (São Paulo: Planeta, 2009), p.07.

transformações nas mais diversas esferas da sociedade, num ritmo nunca antes experimentado, é o presente, e não o passado, que toma a cena. O cotidiano, os fatos miúdos do dia-a-dia, as novas formas de sociabilidade, bem expressas na crônica aqui abordada, “O chá e as visitas”, compõem a matéria das crônicas de João do Rio, fazendo dele um dos principais observadores e leitores do Rio de Janeiro de seu momento, da vida vertiginosa que então se impunha como traço distintivo da cidade.

Ainda que, como afirma Orna Messer Levin, a postura do dândi, a predominar na produção do escritor, o impeça de alcançar uma linguagem de fato nova, ficando preso à tradição e a um tipo de “literatura picante, cheia de rebeldia, porém, em sua maioria frívola e superficial”⁴⁶, suas crônicas denunciam uma sensibilidade aguçada frente ao real. Em muitos momentos, como visto, perscruta com agudeza e notável senso crítico a nova realidade em formação, na importação do gosto e hábito estrangeiros (a substituição do café pelo chá) e na dinâmica de uma vida urbana e moderna, repleta de afazeres e compromissos sociais e pessoais, que dão bem o tom das novas formas de sociabilidade e de comportamento, sobretudo da elite aburguesada do Rio nos áureos anos da *Belle Époque*.

Do passado da cidade que merece ser recuperado e registrado em Macedo — com vistas a um não apagamento dos rastros da memória e da própria identidade, mesclado a uma consciência crítica das falhas e vícios a acometer o processo formativo nacional — à contraditória, mas inegável e apurada observação feita por João do Rio quando a então capital federal “civilizava-se”, nos mais diversos aspectos, chegamos a Marques Rebelo, em meados do século XX, nas décadas de 1960 e 1970, a dialogar, de alguma forma, com os dois outros autores mencionados.

Conforme Renato Cordeiro Gomes⁴⁷, Marques Rebelo foi, sobretudo, cronista de uma cidade, o Rio de Janeiro, assunto que percorre, com poucas exceções, toda a sua produção cronística, e não só ela. A posição afetiva diante da cidade natal e do coração, mesmo

⁴⁶ Orna Messer Levin, *As Figurações do Dândi* (Campinas: Editora da UNICAMP, 1996), p.205.

⁴⁷ Renato Cordeiro Gomes, “Marques Rebelo: Cronista de uma Cidade”, Renato Cordeiro Gomes (ed.), *Marques Rebelo* (São Paulo: Global, 2004).

diante da consciência da destruição, da irremediável fúria urbanística a desfigurar o traçado harmonioso e acolhedor da cidade, direciona o escritor para a busca e recuperação, em alguns momentos nostálgica, de um espaço onde a vida possa transcorrer de maneira mais tranquila e solidária, distante dos abusos da modernização e do crescimento incondicional das metrópoles, responsáveis, a seu ver, pela destruição do Rio tanto no plano físico quanto humano.

Executa, assim como Macedo, um “passeio” pelo Rio de Janeiro, sem, todavia, a preocupação documental e a minúcia descritiva, frequente no escritor romântico. Caminha por fragmentos da cidade, de um bairro a outro, seguindo o traçado de uma disposição afetiva frente a alguns locais do Rio, naquilo que ainda podem oferecer em termos de harmonia, tranquilidade e solidariedade. Daí a admiração pela favela de Mangueira e pelos mangueirenses, aos olhos do cronista seres repletos de vida e humanidade, capazes de viver digna e solidariamente mesmo diante da condição de marginalidade, exclusão e miséria em que se encontram. Em todos os três autores, a escrita da cidade representa um modo de atualização e ressignificação da mesma no seu movimento contínuo de expansão e transformação. Na construção desse imaginário urbano, a oscilar entre o encanto e o desencanto, por vezes numa atitude contraditória, entra em cena o afeto dos três escritores por aquela que seria a cidade mais comentada pela literatura brasileira: o Rio de Janeiro.